

A história de uma história – o protagonismo das mulheres na Teologia Feminista

History of a history: women protagonism in Feminist Theology

Marga J. Ströher¹
marga@est.com.br

Resumo. Nesse ensaio, me proponho a apresentar uma reflexão sobre a história da implantação da cátedra de Teologia Feminista na Escola Superior de Teologia/EST e do significado epistemológico da Teologia Feminista. Na primeira parte, apresento uma narrativa da história da Teologia Feminista na EST, desde a articulação para sua criação até sua implantação. Na segunda parte, apresento uma reflexão sobre o impacto que representou o ingresso de mulheres no estudo da Teologia e o protagonismo das mulheres no campo teológico e, sobretudo, no teológico feminista, e a relevância social da teologia feminista articulada com os movimentos feministas.

Palavras-chave: teologia feminista, movimento feminista, história, crítica ao patriarcado, sexismo, hermenêutica feminista, epistemologia feminista.

Abstract. In this essay I intend to present a reflection about the history of the Feminist Theology Chair implantation at the Escola Superior de Teologia/EST and about the epistemological significance of Feminist Theology. In the first part, I present a narrative of Feminist Theology's history at EST, from the articulation for its creation until its implementation. In the second part, I present a reflection about the impact that represented women's access to the study of Theology and the protagonism of women in the theological field and, above all, in the feminist theological field, and the social relevance of feminist theology articulated with the feminist movements.

Key words: feminist Theology, feminist movement, History, patriarchal criticism, sexism, feminist Hermeneutic, feminist Epistemology.

¹ Mestre e Doutora em Teologia. Professora na Escola Superior de Teologia/EST e coordenadora do Núcleo de Pesquisa de Gênero, vinculado ao Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia/IEPG, dessa mesma escola.

A história de uma história

Os 35 anos de formação de mulheres

A Escola Superior de Teologia /EST, em seus 59 anos de existência, celebra, em 2005, os 35 anos de formação de mulheres. A primeira mulher a se formar foi Elisabeth Dietschi, em junho de 1970. Essa trajetória nem sempre foi marcadamente feminista, embora a simples presença de mulheres nas aulas com os homens causava desconfortos, constrangimentos e inúmeros questionamentos. As dificuldades do cotidiano do estudo e as de acesso a campos de trabalho na Igreja levaram as mesmas a se organizar no “Grupo de Mulheres”, fundado em 1979, mesmo ano da organização da primeira “república” de feminina de estudantes de teologia (Jarschel, 1986, p. 144) O Grupo de Mulheres funcionou por mais de vinte anos, reuniu-se “com o intuito de refletir sobre nosso papel de mulher na FAC.TEOL. [Faculdade de Teologia], na igreja e na sociedade” (Jarschel, 1986, p. 144-145). Os encontros de pastoras e mulheres estudantes de Teologia que começaram a ser organizados nessa época foram fundamentais para a consolidação da permanência das mulheres na Faculdade de Teologia. Esses encontros configuravam-se como espaços para discutir temas relevantes da Teologia Feminista e para compartilhar as experiências das primeiras pastoras formadas e as dúvidas e caminhos percorridos pelas estudantes na sua formação teológica. As experiências advindas dos campos de atuação pastoral apontavam para as dificuldades, as limitações e as potencialidades enfrentadas e as descobertas no cotidiano do trabalho, desde o nível dos direitos, como remuneração e licença maternidade até novas reflexões teológicas que se processavam a partir dos estudos na academia e da experiência prática pastoral. Haidi Jarschel comenta, em seu artigo “Algumas reflexões sobre o ministério feminino”, de 1986, o seguinte:

Parece-me que a mulher que vai busca da teologia ou do pastorado é alguém que já rompeu com muitas estruturas fixas que a cercavam. Esta coragem de quebrar preconceitos, instituições e estruturas talvez a caracterize como alguém que não consegue mais sobreviver em estruturas fixas e autoritárias como é a realidade da maioria de nossas paróquias (Jarschel, 1986, p. 146).

Os 15 anos da Cátedra de Teologia Feminista

Na década de 80, o grupo de Mulheres concentrou suas discussões e ações em torno da presença de termos uma teóloga como professora, e, em 1985, na Semana Acadêmica do Centro Acadêmico Dr. Ernesto Schlieper (CADES), criou-se a primeira Comissão Pró-Teóloga – que completa 20 anos –, formada por estudantes. Dessa Comissão e das outras que se sucederam não participavam apenas mulheres, mas também homens. Já se propunha uma cátedra para mulheres e homens, embora a discussão de gênero ainda não estivesse presente de forma explícita.

Enquanto se articulavam a criação dessa cátedra e a busca de uma teóloga para assumi-la, foram organizados seminários intensivos e convidadas professoras visitantes. Assim, no primeiro semestre de 1987, realizamos o primeiro Seminário Intensivo de Teologia Feminista, com Ivone Gebara, que tratou da “Cristologia e interpretação bíblica numa ótica feminista”. No primeiro semestre de 1989 a teóloga nicaragüense Patrícia Castro passou o semestre na EST com aulas sobre “Interpretação Bíblica Feminista”.

Em 15 de maio de 1990, foi aprovada oficialmente a criação de uma cadeira curricular de Teologia Feminista. Depois da aprovação deu-se um outro intensivo debate em torno do nome que essa cátedra deveria receber, pois a palavra “feminista”, como ainda hoje, causa desconfortos e aporias em certos setores. Elisabeth Schüssler Fiorenza relata que nos Estados Unidos, por exemplo, cerca 70% das mulheres se recusam a qualificar-se como feministas, pois é uma etiqueta que estigmatiza as mulheres como fanáticas, preconceituosas, misândricas e loucas, embora a maioria delas subscrevam os objetivos políticos do feminismo, como o fim da discriminação das mulheres, a igualdade de salário pelo mesmo trabalho, a divisão das tarefas domésticas e o cuidado das filhas e dos filhos, a despenalização do aborto, a condenação da violência contra mulheres e do assédio sexual e a possibilidade da ordenação de mulheres (Fiorenza, 2004) A proposta oficial era que o nome fosse “Teologia feminista”, “Teologia da mulher ou da ótica da mulher”, – nomenclaturas usuais na época por teólogas e instituições teológicas de nosso contexto – o termo Teologia Feminista somente foi adotado oficialmente na América Latina, em 1993, por ocasião do Encontro regional das Teólogas da ASETR/EATWOT - Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do terceiro Mundo (Deifelt, 2004b, p. 172).

A articulação estudantil, de forma protagônica, persistiu no nome feminista pelo seu caráter político, e por estar em consonância com o movimento feminista e com a nomenclatura usada em outros contextos de formação teológica. Essa

posição foi afirmada e apresentada pela Comissão Pró-Teóloga em carta oficial, de 11 de junho de 1990, ao Conselho Curador que é o órgão máximo de decisão da Escola Superior de Teologia, expressando a posição estudantil em assembléia do Centro Acadêmico de 30 de maio de 1990, que, em votação unânime, fez a opção pelo nome Teologia Feminista para essa cátedra, conforme a seguir:

Teologia 'Feminista': é uma teologia que tem como específico a questão das mulheres (no seu coletivo), tanto na sua experiência de opressão, quanto na sua experiência de resistência e luta por libertação. [...] Ela é uma teologia crítica que, a partir do seu específico, buscar abranger todas as formas de opressão, valendo também o inverso, do amplo para o específico. Nesse círculo hermenêutico, a Teologia Feminista prioriza a questão das mulheres sem se perder na sua amplitude como a Teologia da Libertação, por exemplo, que não consegue com a sua proposta libertadora atingir os aspectos conjunturais de certas opressões específicas, como a opressão racial – negros e indígenas – e a opressão sexista. [...]

Ela reivindica um espaço autônomo enquanto ciência dentro da teologia em geral. Somente com esta liberdade será possível haver um deslocamento do eixo hermenêutico androcêntrico do discurso teológico para uma compreensão feminista de mundo, cultura humana e de história. Concluindo, a Teologia Feminista não quer redescobrir ou revalorizar certos aspectos das mulheres que outrora 'apenas' foram esquecidos e nem criar uma polarização sexista, mas, a partir de sua especificidade, humanizar toda a teologia, história e cultura, valorizando o ser humano como um todo.

Em 1991, Wanda Deifelt, que retornara dos estudos de doutorado nos Estados Unidos, foi convidada a assumir a cátedra de Teologia Feminista Escola Superior de Teologia/EST, onde permaneceu até meados de 2004, sendo, portanto, por quase 14 anos titular dessa cátedra. E por 11 anos foi a única teóloga feminista dessa instituição. A Comissão Pró-Teóloga funcionou como grupo de articulação da criação da cátedra e, depois, como grupo de apoio para a implantação da mesma, mas se dissolveu compreendendo ter cumprido seu papel. Fundamental também foi o apoio permanente das Igrejas Protestantes Unidas da Holanda na viabilidade do funcionamento da cátedra e dos projetos por ela coordenados ou apoiados, como por exemplo, o Encontro Estadual de Teologia Feminista que realiza nesse ano a sua décima edição, e publicações na área de Teologia Feminista e Relações de Gênero.

No momento, a EST é praticamente o único centro de formação teológica no nosso contexto que tem a Teologia

Feminista alocada na grade curricular. Contudo, a existência dessa cátedra não implica, por si só, redimensionamentos teológicos significativos. Como assinala Wanda Deifelt, a instituição da mesma “implica revisões constantes de nossos postulados, nossas prioridades e nossos encaminhamentos institucionais” (Deifelt, 2004a, p. 281).

O Núcleo de Pesquisa de Gênero

Em 1998, depois de um período de encontros de caráter mais informal, foi criado, na EST, o Núcleo de Pesquisa de Gênero/NPG (registrado no Diretório de Grupos do CNPq), agenciando e aglutinando os diversos projetos de pesquisas em teologia feminista ou com o enfoque das teorias de gênero na pós-graduação. Esse núcleo, além de aglutinar pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas, propõe debates, articula grupos de discussão, mapeia temas emergentes, publica textos, participa em eventos importantes na área de gênero, assessora grupos e instituições.

Em 2004, duas realizações relevantes constituíram-se como marcos para o Núcleo de Pesquisa de Gênero. O primeiro, foi a publicação do livro *À flor da pele*. A dinâmica de produção dos textos do livro se deu no contexto de um diálogo entre diferentes pressupostos e áreas de conhecimento. O itinerário foi sendo traçado a partir das vivências e reflexões em torno de gênero e corporeidade. Gênero foi instrumental comum, utilizado para entender a construção de identidades masculinas e femininas. Entendemos que escrever experiências é também visibilizar sujeitos construídos e em contínuo processo de construção. Cada texto passou, portanto, por um processo de elaboração escrita, leitura coletiva, apresentação e discussão em mesa redonda, re-escrita e releitura, até chegar como texto final, fruto de uma reflexão plural. Cada qual escreveu a partir do seu campo de pesquisa e atuação, desde a diversidade de área de conhecimento e história de vida, para compor uma contribuição textual reflexiva, reivindicando gênero e corporeidade como mediações hermenêuticas.

O segundo marco foi a realização do *I Congresso Latino-americano de Gênero e Religião*, reunindo mais de 180 participantes do Brasil e de diversos países da América Latina e de alguns países da Europa. Os eixos temáticos propostos pelo Congresso foram a *corporeidade, etnia e masculinidade*. Em torno dessas questões circularam as conferências, as mesas de discussão e as comunicações de trabalhos e pesquisas.

O significado epistemológico-social da formação de mulheres na Teologia

Da formação de mulheres teólogas à consciência crítica feminista

A formação de mulheres em Teologia representa um marco dentro de uma área historicamente dominada por homens e configurada como patriarcal. O patriarcado religioso é uma de suas formas mais intensas e eficientes, já que o mesmo é assumido como divinamente estabelecido e que os homens que governam o fazem por mandato divino (Johnson, 1995, p. 46). Questionar esse pressuposto e desmontá-lo teoricamente significa fazer uma ruptura epistemológica. “Na Teologia, o androcentrismo assegura que os homens que governam constituirão a norma para a linguagem não só em relação à natureza humana, mas também em relação a Deus, ao pecado, à redenção, à Igreja, e à sua missão” (Johnson, 1995, p. 46). Assegura também que os homens constituirão a norma para definir quais são os direitos das mulheres. O homem é colocado como o sujeito e o referencial ético.

A Teologia Feminista é um marco representativo porque a teologia não lida apenas com o referencial acadêmico, mas com o simbólico, as subjetividades, a espiritualidade, as liturgias, os ritos e os mitos. Não há algo mais poderoso do que as liturgias, porque confirmam e conformam o mundo no nível simbólico-subjetivo – por isso podemos entender o esforço monumental que determinadas igrejas fazem para afastar as mulheres do espaço litúrgico e da liderança dos rituais legitimados pela ordenação ao ministério.

A entrada de mulheres no estudo de teologia não representa automaticamente uma ruptura com modelos androcêntrico-patriarcais e heteronormativos. “Ultrapassar as fronteiras reivindicatórias significa tocar no problema antropológico maior, isto é, não se limitar a conseguir lugares semelhantes ou iguais aos homens, mas buscar uma reorganização da sociedade no seu conjunto” (Gebara, 1989, p. 11). E, apesar do crescimento do número de mulheres ordenadas, percebe-se que é necessário ir além do acesso e da presença das mulheres nos mais diversos espaços da teologia e da igreja. As estruturas simbólicas da igreja carecem de alteração significativa para que de fato possa haver mudanças estruturais e relacionais.

Mulheres não podem e não querem apenas ser incluídas ou anexadas na construção do conhecimento e na

organização da sociedade, mas serem reconhecidas como sujeitos sociais e políticos, como sujeitos éticos e do conhecimento. Na teologia as mulheres querem ainda ser reconhecidas e capacitadas como sujeitos do conhecimento e da elaboração teológica, ou seja, de ter reconhecida, na expressão de Ivone Gebara, a sua *cidadania teológica* (Gebara, 1989, p. 25).

A Teologia Feminista demarca um novo território teológico, pois não sustenta apenas o ingresso e o acesso das mulheres à Teologia. Ela demarca o campo de ação teológica com um diferencial: chama a atenção para a exclusão das mulheres proclamada a partir dos discursos, ações e ritos patriarcais baseados em argumentos baseados em concepções errôneas da biologia e do divino. Ela provoca um deslocamento ou uma desterritorialização da Teologia com suas interpelações, reflexões e ações e propõe uma reorganização da teologia, dos espaços de debates teológicos e da igreja.

A Teologia Feminista coloca na agenda teológica temas nunca antes considerados em sua pertinência, como a questão do poder, da assimetria e das desigualdades entre os gêneros, da corporeidade, da sexualidade, da violência sexista, dos direitos reprodutivos, do eco-feminismo e do próprio método teológico. A Teologia Feminista afirmou-se e produziu deslocamentos teológicos em todas as áreas da Teologia. A experiência e a ideologia patriarcal continuam inscritas nos nossos corpos e em suas atitudes, ações e comportamentos, mas de alguma maneira a Teologia está influenciada e interpelada pela Teologia Feminista. A nossa experiência como cátedra específica na EST a fez ficar, por vezes, isolada e não inter-relacionada com outras áreas, mas é inegável sua influência no pensar e em procedimentos da instituição teológica. Partindo de um território específico em termos de método teológico, passa para o abrir de novos horizontes do fazer teológico, incluindo novos referenciais epistemológicos e desafios pertinentes às experiências das mulheres e às questões das relações de gênero.

Já é possível perceber os impactos que uma hermenêutica da suspeita tem provocado sobre a hermenêutica bíblica – como iniciar o processo interpretativo do texto sagrado pela hermenêutica da suspeita –, especialmente pela *desconstrução* de textos e interpretações sexistas e patriarcais, pela *reconstrução* de histórias e tradições de mulheres e pela *construção* de novas possibilidades de leitura e espiritualidade. Essa desconstrução não se dá apenas em nível teórico e acadêmico, mas na vida prática cotidiana, inclusive, na vida doméstica da casa, que também é espaço de relações de poder e de construção de saber. Por outro lado, recupera o potencial das mulheres, suas tradições não inscritas nos cânones patriarcais e propõe novas tradições, articulações teológicas, símbolos, rituais, ações pró-ativas e novas proposições éticas.

Em contrapartida, as mulheres enfrentam as mais diversas dificuldades para serem aceitas nos espaços consagrados pelo referencial masculino, na academia, nas igrejas, nos espaços litúrgicos, no exercício da liderança, no acesso a cargos de direção. A presença de mulheres no estudo da Teologia tem crescido nos centros de formação teológica e na EST já alcança a cifra de 50%, mas nem todas se identificam ou querem ser identificadas como feministas, pois as estruturas patriarcais estão tão arraigadas, assimiladas e naturalizadas que elas nem sempre se sentem excluídas. Nesses espaços de formação teológica as mulheres são alvo de ironias, censuras, constrangimentos e seu labor, sua capacidade e sua criatividade teológica não são tratadas com a devida seriedade. Há um discurso de igualdade que passa as grandes narrativas teológicas masculinas, mas igualmente acompanhadas de posturas e práticas discriminatórias e excludentes. Isso provoca um certo recuo das próprias teólogas em desenvolver uma postura feminista mais crítica e passa-se ao nível das negociações com algumas concessões e até uma certa condescendência institucional para não perder tudo o que já foi construído e alcançado na história. É pertinente a observação crítica da reconhecida teóloga brasileira, Ivone Gebara:

A teologia feminista na América Latina, particularmente no Brasil, não conseguiu a audiência esperada nas instituições religiosas e acadêmicas. A maioria das mulheres que se dedicam à pesquisa na linha feminista, além de serem poucas numericamente, estão de certa forma renunciando às opções feministas radicais em favor de uma convivência menos conflitiva com a teologia tradicional nas suas diferentes expressões e inclusive com a Teologia da Libertação. Nesses últimos anos, elas têm perdido força organizativa e sobretudo, força política nas instituições da religião. Aceitaram falar mais de relações de gênero e menos de feminismo, sem perceber que as análises de gênero sem feminismo legitimam as mesmas estruturas patriarcais. Quando muito, abrem brechas na ordem estabelecida, mas não a modificam (Gebara, 2004, p. 158).

Elisabeth Schüssler Fiorenza, uma das mais importantes precursoras da Teologia Feminista mundial, chama a atenção para a necessidade de permanentes processos de conscientização e a revitalização de estratégias que modifiquem as atitudes e as crenças tanto das mulheres como das crianças e homens para transformações sociais significativas. Fazendo referência ao livro da feminista e crítica cultural bell hooks – que faz questão de inscrever seu nome em letras minúsculas como crítica ao poder patriarcal de nomear –, *Feminism is for Everybody*, no qual essa autora faz uma crítica ao feminismo por sua perda de atuação mais política

e um chamado para o ressuscitar das práticas revolucionárias feministas da década de 1970. Fiorenza destaca: “O despertar revolucionário de consciência baseia-se na convicção de que temos que transformar a nós mesmas se quisermos transformar as estruturas opressivas de dominação como o racismo, a homofobia, o sexismo, os preconceitos de classe ou a hegemonia colonialista” (Fiorenza, 2004, p. 30).

Demarcar a relevância social da teologia articulada com os movimentos feministas

O feminismo, como um movimento, teve e tem um papel crucial, interferindo na história mais recente da humanidade. Ele questiona e propõe a redefinição dos papéis das mulheres e dos homens no campo da sexualidade, do conhecimento, da experiência, da linguagem, da cultura, da arte, do comportamento, da ética, da religião, da educação, da política, do cotidiano, das relações interpessoais, da discussão dos temas sociais e do mundo do trabalho. Enfim, ele propõe a de(s)construção da visão antropológica androcêntrica e patriarcal e o desenvolvimento de uma nova compreensão de ser humano e de uma nova construção do mundo. “O movimento feminista conseguiu questionar leis e costumes, introduzir novas legislações, novas formas de linguagem, assim como abrir novos referenciais teóricos e práticos em vista de uma convivência baseada na justiça e na igualdade” (Gebara, 2004, p. 153).

O feminismo se caracteriza como uma prática de ação política organizada em favor dos direitos das mulheres – “o feminismo é prioritariamente uma ética”, ressalta Margarita Cea-Naharro (Cea-Naharro, 2002, p. 93). “Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como *política* unicamente a esfera pública, ‘objetiva’” (Alves e Pitanguy, 1982, p. 8). As relações interpessoais também contêm componentes de poder e hierarquia, formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e autoritarismo.

O movimento Feminista – e, conseqüentemente, a teorias feministas e a Teologia Feminista – é o mais importante movimento de mudança do século XX e continuará esse processo no século XXI. A Teologia, bem como as outras áreas de conhecimento, não pode ignorar esse fato e deixar de incorporar suas perspectivas no seu fazer teológico.

As teorias feministas contribuem para o processo de desconstrução da teologia e do poder eclesiástico patriarcal. Na Igreja, o homem não somente tornou-se o detentor

do poder sagrado de estabelecer a mediação entre as pessoas e as divindades, mas também o grupo legítimo que vai elaborar o discurso religioso oficial e determinar os padrões de normatividade da instituição e da teologia (Nunes, 1996, p. 92), segundo padrões e pré-concepções androcêntricas, ou seja, a partir e pelos homens. “Tais padrões, reforçados e legitimados pelo discurso científico a respeito da *natureza feminina*, funcionam como mecanismos de controle, na medida em que, sendo assimilados como *próprios*, como *naturais*, qualquer afastamento deles é considerado socialmente e vivido pelas mulheres como *transgressão*” (Nunes, 1996, p. 92).

Mulheres cristãs se inserem no movimento feminista ao mesmo tempo em que cristãs feministas se inserem na teologia e na atuação eclesial. E, entre outras críticas, inclui-se as dirigidas às instituições eclesiais. As diferenças e as construções sociais de gênero não somente são legitimadas, como também criadas e instituídas pela religião, e o cristianismo não está isento disso. Há uma forte relação entre patriarcado e estruturas de poder eclesial. Desde que a igreja cristã assumiu a estrutura hierárquica e episcopal na sua organização a partir do século II E.C. e se tornou igreja estatal a partir do século IV E.C., a igreja, como instituição, se caracteriza como um *patriarcado eclesial* que permeou a organização sócio-política e o imaginário religioso ocidental.

Esse encontro entre Teologia Feminista e movimento feminista tem sido salutar para a conjugação das lutas feministas em diversos âmbitos da sociedade e para demarcar a relevância social da teologia articulada com os movimentos feministas.

Revisão dos métodos teológicos

A pergunta sobre em que condições se produzem o conhecimento e a respectiva produção de sentido nos leva a avaliar as proposições epistemológicas e as condições de produção do conhecimento na realidade de violência, de exclusão sócio-econômica e cultural e nas representações binárias da realidade. Essa avaliação é política e leva à exigência de um desenraizamento das premissas dadas e das verdades constituídas como definitivas e um redimensionamento de balizas consagradas do estatuto epistemológico positivista patriarcal, desconstruindo-as e desautorizando-as, a fim estabelecer a chamada *crítica da razão patriarcal* (Amorós, 1991). E provoca um deslocamento epistêmico e a redefinição das proposições metodológicas e paradigmas para buscar um outro tipo de construção de conhecimento que fomente uma

epistemologia diferencial em relação à epistemologia androcêntrica, monolítica, heteronormativa e universalizadora dos referentes epistemológicos e das experiências humanas.

A grande contribuição e o ganho da implantação de uma cátedra de Teologia Feminista é a revisão e desconstrução do método teológico oficial. Nessa questão, dois aspectos manifestam-se como fundamentais: a discussão da *suposta neutralidade científica e dos métodos teológicos*, como proclamada pela teologia oficial, e a incorporação da *experiência como parte integrante do método teológico e como critério hermenêutico* do fazer teológico das mulheres.

Discutir a suposta neutralidade dos métodos teológicos

A ciência que herdamos estabeleceu-se nos moldes de neutralidade, objetividade e universalidade. Estes postulados escondem as relações de poder e quase sempre negam a contingência cultural e as condições de pertença (gênero, classe, etnia, geração) na produção do conhecimento e dos saberes – além de não reconhecer o conhecimento que está fora desses moldes científicos.

A universalidade e a neutralidade pretendidas pela ciência têm sido colocadas em confronto e discussão, especialmente pelas feministas. Proponho a suspeita dos métodos que se colocam a neutralidade, a objetividade e a universalidade como referencial e parte de sua produção e da construção do conhecimento, na perspectiva de Francine Descarries: “a crítica epistemológica das noções de neutralidade e objetividade em ciências como ilusão metodológica. Essa crítica as leva [as mulheres] a reconhecer a importância da subjetividade do pesquisador e da pesquisadora em todas as etapas do processo de produção de saberes” (Descarries, 1994, p. 61).

As relações e os acontecimentos do cotidiano nos ensinam que o local, a geografia mostra, delimita, sinaliza o contexto e a parcialidade da nossa aproximação às tradições e seus respectivos textos e das nossas próprias contradições cotidianas. No livro coletivo *A Bíblia pós-moderna*, organizado por Elisabeth A. Castelli *et al.*, em referência a obra de Bal. Mickie, *Lethal Love: feminist literary readings of biblical love stories*, há a seguinte declaração: “Interpretações que reivindicam inteireza e supremacia sobre todas as outras leituras são, elas mesmas, representações de dominação” (Castelli *et al.*, 2000, p. 257). Tânia Mara Sampaio, importante teóloga brasileira, destaca que:

As construções de saber são datadas, contextualizadas, sexuadas, racificadas, socialmente classificadas e implicam relações de poder que precisam ser identificadas para desencadear processo de des-construção e construção. [...] A correlação evidente entre poder e saber trará consigo, portanto, a pergunta pelo método de construção do conhecimento e seus pressupostos básicos (Sampaio, 2004, p. 196-197).

As feministas não são as únicas a questionar a neutralidade e objetividade das ciências e a sua visão reducionista da sociedade e do Cosmos. No entanto, as mulheres feministas foram as primeiras a tentar elaborar uma epistemologia com esses pressupostos de forma mais radical – no sentido de ir à raiz das coisas –, a propor e ensaiar as suas implicações práticas e responsabilidades históricas.

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera [da epistemologia feminista]. Além disso, se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contra-discurso, é inegável que uma profunda mutação vem se processando, também, na produção do conhecimento científico (Rago, 1998, p. 23-24).

Assim como qualquer outro conhecimento, a teologia sempre serve a certos interesses; a teologia é política, e por isso mesmo, deve abandonar a premissa da assim chamada objetividade e neutralidade, e assumir sua parcialidade, “tornar-se partidária”, como diz Elisabeth S. Fiorenza (2004), indicando a favor de quem ela se pronuncia e se constitui.

Nomear a experiência como categoria hermenêutica

O referente epistemológico feminista parte do pressuposto de que todo conhecimento é contingente, situado, localizado e temporal, não universalizado e que toda a experiência constitui-se não apenas como interpretação da realidade, mas constituinte da mesma.

As experiências de opressão e libertação tornam-se o eixo central da Teologia Feminista. “A experiência humana é o ponto partida e de chegada do círculo hermenêutico. [...] A singularidade da Teologia Feminista não reside em

seu uso do critério da experiência, mas, antes, em seu uso da experiência das mulheres, que no passado foi quase que inteiramente excluída da reflexão teológica” (Ruether, 1993, p. 18). E, no referente da experiência, a justiça de gênero e a corporeidade passam a ser critérios éticos e teológicos. O corpo também é construído e em processo contínuo de configuração, mapeamentos, territorialização, desterritorialização e reterritorialização de experiências, linguagens, relações, marcas e impressões do trabalho, das relações intercortadas e descuidadas, dos afetos, da cultura e tudo o mais que o envolve. Resgata-se a experiência corporal a partir de uma imagem de corpo individual e coletivo, com outras perguntas sobre os momentos e lugares significativos em que aprendemos a ser mulheres e homens, quais as referências e matrizes que moldam os discursos normativos e como imprimem na sociedade e nos indivíduos modelos de gênero no processo de construção das corporeidades feminina e masculina, e quais os desafios e significados teológicos que esse processo produz.

A experiência coloca-se como critério hermenêutico. No entanto, a experiência não pode ser tomada como a origem do próprio conhecimento e do conhecimento da realidade bíblica e do próprio processo de interpretação. Joan Scott, referindo-se a E. P. Thompson, afirma que “experiência significa *ser social*, as realidades vividas da vida social, construídas por influências externas e sentimento subjetivo, o estrutural e o psicológico” (Scott, 1999, p. 33). Não se trata de uma experiência ou uma identidade “encontrada”, mas que foi construída ou atribuída e, portanto, pode ser modificada. A identidade e a experiência são processos que ocorrem concomitantemente; “a identidade está amarrada a noções de experiência” (Scott, 1999, p. 40).

As experiências são diversificadas, são localizadas em tempo e espaço e constituídas a partir das particularidades de identidades e experiências corporais. O conceito essencialista *mulher* passa a ser substituído pelo plural *mulheres*, pois há uma multiplicidade de experiências de ser mulher. Nesse contexto de reflexão começa a surgir um movimento de alternativa às feministas brancas, como a *Teologia Mujerista* e a *Teologia Womanist* (mulherista) nos Estados Unidos. *Mujerista* é um termo proposto por Ada María Isasi-Díaz, para referir as experiências de mulheres de origem latino-americana que vivem nesse contexto, para designar sua realidade de opressão e suas lutas por libertação nesse contexto. O termo *womanist* foi proposto por Alice Walker para demarcar a diferença entre as experiências das mulheres negras e das mulheres brancas. No Brasil, a Teologista Womanist é nomeada como Teologia Feminista Negra. Maricel Mena Lopes é a primeira mulher negra a receber o título de Doutora em Teologia na América Latina, em 2001.

Mulherista passou a ser um título adotado por mulheres de cor; em especial as negras, que criticaram o movimento feminista por ser, no fundo, um movimento branco” e questionavam “a visão feminista tradicional de que a relação de poder desigual fundamental é a de homens e mulheres” e “afirmam que nem todos os homens têm igual acesso aos mesmos tipos de poder; nem todas as mulheres historicamente se abraçam umas às outras como irmãs, antes algumas foram responsáveis pela opressão de outras (Castelli et al., 2000, p. 237).

A experiência não é apenas aquilo que é dado, mas aquilo que se lembra, sente, recolhe, evidencia ou mesmo se esconde. Toda experiência é socialmente localizada e simbolicamente representada – sejam como imagens, como reflexos, como os espelhos da experiência. As experiências e o contexto podem ser a *fronteira* de onde fazemos as nossas perguntas – a nossa periferia, a nossa territorialidade, os limites impostos, as restrições, as contradições cotidianas, os espaços inacessíveis, os espaços ocupados, os lugares inabitados, a disposição de nossos tempos. E é o lugar para descobrir outros horizontes, formular novas perguntas, sugerir outras respostas e encontrar *novos caminhos para se pensar a mudança*.

O que procuramos apresentar e explicitar é que há histórias construídas, mas ainda não suficientemente contadas e conhecidas. E que há vários caminhos e múltiplos itinerários escolhidos e propostos pelas feministas e, portanto, uma multiplicidade de passos, metodologias, caminhos e perspectivas. A história das mulheres não nomeadas e silenciadas, as histórias não contadas, mas também as histórias conhecidas nos interpelam e indicam caminhos de resistência nas fronteiras do poder normativo e desafiam a caminhada da Teologia Feminista.

Referências

- ALVES, B.M. e PITANGUY, J. 1982. *O que é Feminismo?* São Paulo, Brasiliense, 79 p.
- AMORÓS, C. 1991. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. 2ª ed., Barcelona, Anthropos, 331 p.
- CASTELLI, E.; PHILLIPS, G.A. e SCHWARTZ, R.M. 2000. Crítica feminista e mulherista. In: E. CASTELLI; G.A. PHILLIPS e R.M. SCHWARTZ (orgs.), *A Bíblia pós-moderna*. São Paulo, Loyola, p. 227-272.
- CEA-NAHARRO, M.P. 2002. O direito das mulheres à plena cidadania e ao poder de tomar decisões na Igreja. *Concilium*, 298:85-94.
- DEIFELT, W. 2004a. Educação Teológica para mulheres: um passo decisivo rumo à cidadania eclesial. In: SOTER (org.), *Gênero e Teologia: Interpretações e perspectivas*. São Paulo/Belo Horizonte, Paulinas/Loyola, Soter, p. 265-282.
- DEIFELT, W. 2004b. Temas e metodologias da Teologia Feminista. In: SOTER (org.), *Gênero e Teologia: Interpretações e perspectivas*. São Paulo/Belo Horizonte, Paulinas/Loyola, Soter, p. 171-186.
- DESCARRIES, F. 1994. A contribuição das mulheres à produção de palavras e saberes. *Estudos Feministas*, 2:57-64 (Número especial).
- FIORENZA, E.S. 2004. *Los caminos de la Sabedoria. Una introducción a la interpretación feminista de la Biblia*. Santander, Sal Terrae, 286 p.
- GEBARA, I. 1989. *As incômodas filhas de Eva na igreja da América Latina*. São Paulo, Paulinas, 47 p.
- GEBARA, I. 2004. Entre os limites da filosofia e da teologia. In: SOTER (org.), *Gênero e Teologia: Interpretações e perspectivas*. São Paulo/Belo Horizonte, Paulinas/Loyola, Soter, p. 153-170.
- JOHNSON, E.A. 1995. *Aquela que é: o mistério de Deus no tratado teológico feminista*. Petrópolis, Vozes, 396 p.
- JARSCHHEL, H. 1986. Algumas reflexões sobre o ministério feminino. In: L. HOCH (ed.), *Formação teológica em terra brasileira: Faculdade de Teologia – 1946-1986*. Edição comemorativa. São Leopoldo, Sinodal, p. 143-146.
- NUNES, M.J.F.R. 1996. Gênero, saber, poder e religião. In: M.F. dos ANJOS (org.), *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo, Loyola, p. 89-104.
- RAGO, M. 1998. Epistemologia feminista, gênero e história. In: J.M. PEDRO e M.P. GROSSI, *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Editora Mulheres, p. 21-41.
- RUETHER, R.R. 1993. *Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo, Sinodal / IEPG, 239 p.
- SAMPAIO, T.M.V. 2004. Horizontes em discussão na arte de fazer Teologia. In: SOTER (org.), *Gênero e Teologia: Interpretações e perspectivas*. São Paulo/Belo Horizonte, Paulinas/Loyola, Soter, p. 187-202.
- SCOTT, J.W. 1999. Experiência. In: A.L. da SILVA; M.C. de S. LAGO e T.R.O. RAMOS (org.), *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis, Editora Mulheres, p. 21-55.
- STRÖHER, M.J.; DEIFELT, W. e MUSSKOPF, A.S. (orgs.). 2004. *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo, Sinodal/CEBI, 318 p.